

## ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

	Págs.		Págs.
A			
A APLICAÇÃO DA CIBERNÉTICA AO DIREITO E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA — <i>Carlos Alberto Dunshee de Abranches</i> (Doutrina) ...	12	<i>Flávio Bauer Novelli</i> (nota bibliográfica) .....	454
A. B. COTRIM NETO — A justiça administrativa na República Federal da Alemanha (Doutrina) .....	127	A NOVA SOCIEDADE INDUSTRIAL E O DIREITO — <i>Juary C. Silva</i> (Doutrina) ..	43
ACESSO — v. <i>Funcionário</i> ...		ANTÔNIO CARLOS CAVALCANTI MAIA — Serventuário da Justiça. Incabível acrescentar ao respectivo provento de aposentadoria a vantagem do adicional permanência (Parer) .....	371
ADICIONAL PERMANÊNCIA — v. <i>Serventuários da Justiça</i> .		APELAÇÃO — alçada. Interposição no prazo previsto para embargos, em virtude da existência do recurso necessário. — Juízo competente para o julgamento. Pelo princípio da unidade de cognição, o Tribunal recorrido, competente para julgar o recurso de ofício, também o será para conhecer da apelação (STF) — <i>Comentário</i> .....	264
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO JURISDICCIONAL DOS DIREITOS NO BRASIL REPUBLICANO — <i>M. Seabra Fagundes</i> (Doutrina) .....	61	APOSENTADORIA — revisão de proventos — v. <i>Funcionário público</i> .....	
ÁGIO — Cobrança de — sobre ações — v. <i>Sociedade anônima</i>		A PROTEÇÃO JURISDICCIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO — <i>Hamilton de Moraes e Barros</i> (Doutrina)	76
AJUIZAMENTO — v. <i>Pena por</i>		A REFORMA ADMINISTRATIVA E OS TERRENOS DE MARINHA — <i>Paulo Barros de Araújo Lima</i> (Doutrina)....	203
A JUSTIÇA ADMINISTRATIVA NA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA — <i>A. B. Cotrim Neto</i> (Doutrina) ...	127	ARION SAYÃO ROMITA — Competência da Justiça do	
ALÇADA — v. <i>Apelação</i> .....			
ALIENAÇÃO — v. <i>Bens móveis</i> .			
ALUNAS — diplomadas por estabelecimentos oficiais de ensino normal — v. <i>Nomeação, direito à</i> .....	317		
AMILCAR DE ARAÚJO FALCÃO — <i>Fato gerador da obrigação tributária</i> , 2. <sup>a</sup> edição, 1971 —			

C

Trabalho (Comentários à expressão — "outras controvérsias oriundas de relação de trabalho" — contidas no art. 142, *caput*, da Emenda constitucional n.º 1, de 17/10/69) (Doutrina) ..... 166

ARNOLDO WALD — Desapropriação por entidade autárquica. Pagamento da indenização mediante precatório. Obrigação de incluir no orçamento da autarquia a verba necessária. Expedição dos precatórios em série própria para cada entidade (Parecer) ..... 303

— Imposto de renda. Juros remetidos para o exterior, como parte do pagamento de material importado, adquirido por contrato celebrado fora do país, e de vendedor que não opera no Brasil. Inexistência de um imposto sobre remessa ou despesa. Extensão do princípio da legalidade em matéria tributária. Não incidência do imposto de renda sobre receita de firma estrangeira domiciliada no exterior (Comentário a acórdão) ..... 255

AUTARQUIA — v. *Desapropriação por entidade autárquica* — estadual — v. *Execução trabalhista* .....

B

BENS IMÓVEIS — v. *Desmembramento de imóveis* .....

BENS MÓVEIS — de sociedade estadual de economia mista. Alienação — José Carlos Barbosa Moreira (Parecer) .... 286

BRASIL — v. *Proteção penal da economia popular no* — ....

— republicano — v. *A evolução do sistema de proteção jurisdicional dos direitos no* .....

CAPITAL — Constituição ou aumento de — v. *Sociedade anônima* .....

CARGO — em comissão — v. *Funcionário* .....

CARLOS ALBERTO DUNSHEE DE ABRANCHES — A aplicação da cibernética ao Direito e à administração da Justiça (Doutrina) ..... 12

CÉLIO ALBERTO SHOLL FERREIRA — *Apostila a "Licitações e contratos administrativos"* (Doutrina) ..... 124

CELSO AGRÍCOLA BARBI — Competência do Tribunal de Justiça para dispor sobre regimento de custas (Doutrina) ..... 160

CELSO SOARES CARNEIRO — Sociedade anônima. Cobrança de ágio, pela sociedade, sobre as ações emitidas para constituição ou aumento de capital (Parecer) ..... 378

CIBERNÉTICA — v. *A aplicação da — ao Direito e à administração da Justiça* .....

CIBERNÉTICA E DIREITO — *Luís Antônio de Andrade* (Doutrina) ..... 1

CITAÇÃO — v. *Necessidade da — da Fazenda Pública para a execução por quantia certa* .....

CLÓVIS PAULO DA ROCHA — Direito à nomeação. Alunas diplomadas por estabelecimentos oficiais de ensino normal. Relação entre o Estado e os seus funcionários (Parecer).. 317

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO — (Comentários à expressão — "outras controvérsias oriundas de relação de trabalho" — contidas no art. 142, *caput*, da Emenda Constitucional n.º 1, de 17/10/1969 — Arion Sayão Romão) (Doutrina) ..... 166

COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA DISPOR SOBRE REGIMENTO DE CUSTAS — *Celso Agrícola Barbi* (Doutrina) ..... 160

CONCURSO — Candidato de nacionalidade brasileira, mediante opção. Indispensável a prova de cumprimento das obrigações eleitorais — *Jessé Cláudio Fontes de Alencar* (Parecer) ..... 292

CONTRATOS — administrativos v. *Licitações e* — .....

CONTRATO DE TRABALHO — v. *Rescisão de* — .....

CUSTAS — v. *Competência do Tribunal de Justiça para dispor sobre regimento de* — .....

D

DEMISSÃO — pedido de — v. *Rescisão de contrato de trabalho* .....

DESAPROPRIAÇÃO — Permuta de imóveis expropriados constitui, em princípio, forma inaceitável de trespasse. Admissibilidade da permuta em determinadas condições — *Roberto Pinto Fernandes* (Parecer) ..... 296

— por entidade autárquica. Pagamento da indenização mediante precatório. Obrigação de incluir no orçamento da autarquia a verba necessária. Expedição dos precatórios em série própria para cada entidade — *Arnoldo Wald* (Parecer) ..... 303

DESMEMBRAMENTO — de imóveis, processado fora da esfera administrativa: impossibilidade. Precedentes judiciais — *Eugênio Noronha Lopes* (Parecer) ..... 309

DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO — *Direito ad-*

ministrativo brasileiro da segurança pública (Doutrina).. 182

— *Curso de direito administrativo*, vol. II, Parte Especial, 1971 — *Flávio Bauer Novelli* (nota bibliográfica) ..... 455

DIREITO — v. *A aplicação da cibernética ao — e à administração da Justiça* .....

— v. *A nova sociedade industrial e o —* .....

— v. *Cibernética e Direito* .....

— positivo brasileiro — v. *A proteção jurisdicional dos direitos humanos no* — .....

DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto* (Doutrina) ..... 182

DIREITO — v. *A evolução do sistema de proteção jurisdicional dos — no Brasil republicano* .....

— humanos — v. *A proteção jurisdicional dos — no direito positivo brasileiro* .....

DISTRITO FEDERAL — antigo — v. *Polícia militar* .....

E

ECONOMIA — popular — v. *Proteção penal da — no Brasil* .....

EMBARGOS — v. *Apelação* ....

ESTABILIDADE — v. *Funcionário* .....

ESTADO DA GUANABARA — v. *Polícia Militar* .....

EUGÊNIO NORONHA LOPES — Desmembramento de imóveis, processado fora da esfera administrativa: impossibilidade. Precedentes judiciais (Parecer) ..... 309

EXECUÇÃO — por quantia certa — v. *Necessidade da citação da Fazenda Pública para a — trabalhista contra autarquia estadual* .....

gime de precatórios — <i>José Antunes de Carvalho</i> (Parecer) .....	325
EXECUTIVO FISCAL — Bens seqüestrados ou penhorados. Leilão — <i>Milton Flaks</i> (Parecer) .....	329
F	
FAZENDA PÚBLICA — v. <i>Necessidade da citação da — para a execução por quantia certa</i> .....	
FLÁVIO BAUER NOVELLI — Pena por ajuizamento; remissão conseqüente a remissão total do crédito tributário (Parecer) .....	351
— Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães — <i>Necrologio</i> (Assuntos de interesse geral) .....	462
— Nota bibliográfica: Amílcar de Araújo Falcão, <i>Fato gerador da obrigação tributária</i> (Assuntos de interesse geral) .....	454
— Nota bibliográfica: Diogo de Figueiredo Moreira Neto, <i>Curso de direito administrativo</i> , vol. II, Parte Especial (Assuntos de interesse geral)....	455
— Nota bibliográfica: José Carlos Barbosa Moreira, <i>Direito Processual Civil</i> (Ensaio e Pareceres) (Assuntos de interesse geral) .....	458
— Nota bibliográfica — Theóphilo de Azeredo Santos, <i>Manual dos títulos de crédito</i> (Assuntos de interesse geral) .....	459
FUNÇÃO GRATIFICADA — v. <i>Polícia Militar</i> .....	
FUNCIONÁRIO — Acesso: 1. Definido como ingresso do funcionário, de acôrdo com as linhas estabelecidas em lei, em cargo de outra classe de formação profissional afim, de vencimento e escalão superior	

res (Decreto-lei n.º 100/69, art. 58), se processa, entretanto, sempre que houver vaga e observada a regulamentação própria (Decreto-lei n.º 100/69, art. 63, mais incisivo que a Lei n.º 14/60, art. 39). 2. Na inexistência de vaga, por força de fixação numérica provisória de classe funcional, não há, conseqüentemente, direito a acesso (ACRA) .....	404
— Acesso: regula-se pela legislação vigente à data de sua validade. A decisão da ACCC e o Decreto Governamental que traduzem o benefício são atos meramente declaratórios do direito do servidor. Limites à aplicação da lei federal que regula a profissão de Técnico de Administração (ACRA)..	421
— aposentado. Revisão de proventos (Dec. "E" n.º 1946/67). A regra do § 3.º do art. 101 da Constituição do Brasil. Cargo novo que não resultou de transformação do que exercia o inativo — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) ....	375
— Cargo em comissão: exercício por dez anos ininterruptos. Lei n.º 14/60, art. 72. Direito a vencimentos iguais ao do mais elevado exercido — Diretor do DES. A circunstância de serem êles, na data da incorporação, iguais aos de Secretário de Estado, não confere ao funcionário o direito de continuar a perceber sempre vencimentos de Secretário de Estado. Alterabilidade dos vencimentos incorporados com a alteração dos vencimentos do cargo cujo exercício anterior gerou o direito de incorporação. Desequiparação de vencimentos por força dos Atos Complementares 27 e 30 e ar-	

Págs.

tigo 96 da C.F. de 1967, atualmente, parágrafo único do art. 98 (ACRA) .....	426
— Estabilidade concedida pelo art. 109 da Constituição da Guanabara. Subordina-se também ao disposto no § 2.º do art. 177 e no § 1.º do art. 99 da Constituição Federal — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) .....	321
— Inequivalência entre o cargo de Diretor do antigo DAF e o de Presidente do IASEG. Impossibilidade de assegurar-se a quem incorporou vencimentos do primeiro as vantagens do último. Critério já firmado pela administração em caso idêntico. Mantém-se o símbolo (C-04) que se atribuiu ao cargo extinto em face da nova padronização legal (Decreto n.º 1946/67) (ACRA)	400
— 1. Reajustamento de percentagens já incorporadas aos proventos: impossibilidade jurídica em face da lei. Inteligência do art. 178 da Lei n.º 880/56 e do art. 50, letra I, da Constituição do Estado. Entendimento pacífico do Poder Judiciário. 2. Aumentos trienais: não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito. Limites à aplicação do art. 179 da Lei n.º 880/56 (ACRA) .....	407
— Tempo de serviço de Diretor Financeiro da C.T.C. — Contagem, como se prestado em cargo em comissão, do Estado. Aplicação ao caso, da decisão do ACRA no Recurso n.º 68/64 (ACRA) .....	438

G

GOVERNADOR DO ESTADO — Desprezada a argüição de in-

Págs.

competência do — para editar a Emenda n.º 4 à Constituição estadual (1967), no mérito julgou-se inconstitucional o art. 47 da Constituição da Guanabara (1969) e, quanto ao mais, julgou-se a representação improcedente (STF) — <i>Comentário</i> .....	233
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

H

HAMILTON DE MORAES E BARROS — A proteção jurisdicional dos direitos humanos no direito positivo brasileiro (Doutrina) .....	76
HELY LOPES MEIRELLES — Licitações e contratos administrativos (Doutrina) .....	98
— Pedágio. Natureza jurídica. Condições para sua cobrança (Parecer) .....	343
HUGO DE CARVALHO COELHO — Salário-educação: obrigação constitucional. O direito positivo federal e estadual. Formas de cumprimento da obrigação. Natureza jurídica do salário-educação. Exclui-se a natureza tributária da respectiva prestação. Trata-se de preço público, não estando, portanto, sujeito às regras constitucionais relativas aos tributos (Comentário a acórdão) .....	267

I

IMPÓSTO DE RENDA — Juros remetidos para o exterior, como parte do pagamento de material importado, adquirido por contrato celebrado fora do País, e de vendedor que não opera no Brasil. Não se trata de rendimentos auferidos no Brasil, e, assim, não pode incidir a lei tributária

Págs.

	Págs.
brasileira, pois a prerrogativa de tributar é inerente à soberania, só podendo incidir sobre os nacionais ou sobre negócios ocorridos em território nacional (STF) — <i>Comentário</i> .....	255
INCONSTITUCIONALIDADE — de lei. Efeitos <i>ex-tunc</i> de sua declaração. Inexistência da lei estadual n.º 824/65 — <i>Petrônio de Castro Souza</i> (Parecer) .....	337
— do art. 47 da Constituição estadual de 1969 (Emenda n.º 4) (STF) (Comentário) v. <i>Governador do Estado</i> .....	
INCORPORAÇÃO — de sociedades — v. <i>Junta Comercial do Estado da Guanabara</i> .....	
<b>J</b>	
JESSÉ CLAUDIO FONTES DE ALENCAR — Concurso. Candidato de nacionalidade brasileira, mediante opção. Indispensável a prova de cumprimento das obrigações eleitorais (Parecer) .....	292
JOSÉ ANTUNES DE CARVALHO — Execução trabalhista contra autarquia estadual. Observância do regime de precatórios (Parecer) .....	325
— Rescisão de contrato de trabalho ou pedido de demissão de empregado do Estado ou de autarquia e fundação estadual. Casos em que se impõe a homologação ou a assistência da Delegacia Regional do Trabalho (Parecer) .....	366
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA — Alienação de bens móveis de sociedade estadual de economia mista (Parecer) .....	286
— Necessidade da citação da Fazenda Pública para a execução por quantia certa (Doutrina) .....	195

	Págs.
— Recorribilidade das sentenças proferidas contra a Fazenda Pública em causas de valor inferior ao limite fixado no art. 839 do C.P.C. Admissibilidade da apelação voluntária. Se interpostos embargos, caberia deles conhecer como apelação, inclusive no caso de interposição fora do prazo de embargos, mas dentro do prazo de apelação (Comentário a acórdão) .....	264
— <i>Direito Processual Civil</i> (Ensaios e Pareceres), 1971 — <i>Flávio Bauer Novelli</i> (nota bibliográfica) .....	458
JUARY C. SILVA — A nova sociedade industrial e o Direito (Doutrina) .....	43
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA GUANABARA — Incorporação de sociedades. Registro do ato relativo. A comprovação da formação de truste não pode ser feita pelas Juntas de Comércio, sendo o CADE o único órgão em condições de realizá-la (Relatório e voto vencedor; decisão da JUCEG; recurso da Procuradoria Regional ao Ministro da Indústria e do Comércio) 443 e .....	447
JUROS — remetidos para o exterior (STF) (Comentário) v. <i>Imposto de renda</i> .....	
JUSTIÇA — v. <i>A aplicação da cibernética ao Direito e à administração da</i> — .....	
JUSTIÇA ADMINISTRATIVA — v. <i>A — na República Federal da Alemanha</i> .....	
JUSTIÇA DO TRABALHO — v. <i>Competência da</i> — .....	
<b>L</b>	
LEI ESTADUAL — n.º 824/65 — v. <i>Inconstitucionalidade de lei</i> .....	

	Págs.
LEILÃO — v. <i>Executivo fiscal</i> ..	
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS — <i>Heby Lopes Meirelles</i> (Doutrina) ..	98
LUÍS ANTÔNIO DE ANDRADE — Cibernética e Direito (Doutrina) .....	1
LUIZ CARLOS DE AZEVEDO BARROS — Responsabilidade civil. Sursan. Construção de obra necessária à segurança e à salubridade públicas. Exercício do poder de polícia. Uso nocivo da propriedade. Não caracterizada a responsabilidade civil da administração pública, se a ação desta visou suprir omissão ilícita e não lesou qualquer direito subjetivo do administrado (Comentário a sentença) .....	277
LUIZ DE MACEDO SOARES MACHADO GUIMARÃES — Necrologio — <i>Flávio Bauer Novelli</i> .....	462
<b>M</b>	
MARCUS MORAES — Taxa judiciária. Valor do pedido e valor da causa. Interpretação dos arts. 43 e 48 do C.P.C. e do art. 31 do Dec-Lei estadual n.º 110/69 (Parecer) ..	392
MILTON FLAKS — Executivo fiscal. Bens seqüestrados ou penhorados. Leilão — (Parecer) .....	329
M. SEABRA FAGUNDES — A evolução do sistema de proteção jurisdicional dos direitos no Brasil republicano (Doutrina) .....	61
<b>N</b>	
NACIONALIDADE BRASILEIRA — mediante opção — v. <i>Concurso</i> .....	

	Págs.
NECESSIDADE DA CITAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA PARA A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA — <i>José Carlos Barbosa Moreira</i> (Doutrina) .....	195
NOMEAÇÃO — Direito à — Alunas diplomadas por estabelecimentos oficiais de ensino normal. Relação entre o Estado e os seus funcionários — <i>Clóvis Paulo da Rocha</i> (Parecer) .....	317
<b>O</b>	
OBRIGAÇÕES ELEITORAIS — v. <i>Concurso</i> .....	
<b>P</b>	
PAULO BARROS DE ARAÚJO LIMA — A reforma administrativa e os terrenos de marinha (Doutrina) .....	208
PEDÁGIO — Natureza jurídica. Condições para sua cobrança — <i>Heby Lopes Meirelles</i> (Parecer) .....	343
PEDRO AUGUSTO GIMARÃES — Exercício de função gratificada no serviço civil. Polícia militar. Necessidade de autorização legal (Parecer) ....	323
PENA POR AJUIZAMENTO — Remissão consequente a remissão total do crédito tributário — <i>Flávio Bauer Novelli</i> (Parecer) .....	351
PENHORA — v. <i>Executivo fiscal</i> .....	
PERMUTA — de imóveis expropriados — v. <i>Desapropriação</i>	
PETRÔNIO DE CASTRO SOUZA — Estabilidade concedida pelo art. 109 da Constituição da Guanabara. Subordina-se também ao disposto no § 2.º do art. 177 e no § 1.º do	

	Págs.		Págs.
art. 99 da Constituição Federal (Parecer) .....	321	uma obrigação de fazer, imposta pelo art. 170 da Constituição, por uma contribuição. Provimento do recurso (STF) — <i>Comentário</i> .....	267
— Inconstitucionalidade de lei. Efeitos <i>ex-tunc</i> de sua declaração. Inexistência da lei estadual n.º 824/65 (Parecer) .....	337	REFORMA — administrativa — v. A — e os terrenos de marinha .....	
— Servidor aposentado. Revisão de proventos (Decreto "E" n.º 1946/67). A regra do § 3.º do art. 101 da Constituição do Brasil. Cargo novo que não resultou da transformação do que exercia o inativo (Parecer) .....	375	REMISSÃO — v. <i>Pena por ajustamento</i> .....	
POLÍCIA MILITAR — do antigo Distrito Federal. Transferência do seu pessoal inativo ao Estado da Guanabara — <i>Roberto Mattoso Câmara Filho</i> (Parecer) .....	362	REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA — v. <i>A justiça administrativa na</i> — .....	
— Exercício de função gratificada no serviço civil. Necessidade de autorização legal — <i>Pedro Augusto Guimarães</i> (Parecer) .....	323	RESCISÃO — de contrato de trabalho ou pedido de demissão de empregado do Estado ou de autarquia e fundação estadual. Casos em que se impõe a homologação ou a assistência da Delegacia Regional do Trabalho — <i>José Antunes de Carvalho</i> (Parecer) .....	366
PRECATORIO — v. <i>Desapropriação por entidade autárquica</i> .....		RESPONSABILIDADE CIVIL — SURSAN — Construção de obra necessária à segurança e à salubridade públicas. Exercício do poder de polícia. Uso nocivo da propriedade. Não caracterizada a responsabilidade civil da administração pública, se a ação desta visou suprir omissão ilícita e não lesou qualquer direito subjetivo do administrado (1.ª Vara da Fazenda Pública) — <i>Comentário</i> ..	277
PROGRESSÃO HORIZONTAL — v. <i>Funcionário</i> .....		ROBERTO LYRA — Proteção penal da economia popular no Brasil (Doutrina) .....	151
PROTEÇÃO — jurisdicional — v. A — dos direitos humanos na direito positivo brasileiro — jurisdicional — v. <i>A evolução do sistema de — dos direitos no Brasil republicano</i> .....		ROBERTO MATTOSO CÂMARA FILHO — Polícia militar do antigo Distrito Federal. Transferência do seu pessoal inativo ao Estado da Guanabara (Parecer) .....	362
PROTEÇÃO PENAL DA ECONOMIA POPULAR NO BRASIL — <i>Roberto Lyra</i> (Doutrina) .....	151	ROBERTO PINTO FERNANDES — Desapropriação. Permuta de imóveis expropriados constitui, em princípio, forma inaceitável de trestinação. Admissibilidade da permuta em	
<b>R</b>			
RECURSO EXTRAORDINÁRIO — má aplicação da Constituição. Conhecimento do recurso. Salário-educação. Natureza. Não tem as características de um tributo. Substituição de			

	Págs.		Págs.
determinadas condições (Parecer) .....	296		
<b>S</b>			
SEGURANÇA PÚBLICA — v. <i>Direito administrativo brasileiro da</i> — .....		SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA — estadual — v. <i>Bens móveis</i> .....	
SEQUESTRO — v. <i>Executivo fiscal</i> .....		SURSAN — v. <i>Responsabilidade civil</i> .....	
SÉRGIO FERRAZ — Competência do Governador do Estado para editar a Emenda n.º 4 à Constituição estadual (1967). A afirmada inconstitucionalidade do art. 47 da Constituição estadual de 1969 (Emenda n.º 4). Competência do governador para expedir regulamentos autônomos. Improcedência de outras impugnações à Constituição, oferecidas através da Representação n.º 823 (Comentário a acórdão) ....	233	<b>T</b>	
SERVENTUÁRIO — da Justiça. Incabível acrescer ao respectivo provento de aposentadoria a vantagem do adicional permanência — <i>Antônio Carlos Cavalcanti Maia</i> (Parecer) ..	371	TAXA JUDICIÁRIA — Valor do pedido e valor da causa. Interpretação dos arts. 43 e 48 do C.P.C. e do art. 31 do Dec.-Lei estadual n.º 110/69 — <i>Marcus Moraes</i> (Parecer) ..	392
SERVIDOR — aposentado — v. <i>Funcionário</i> .....		TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO — v. <i>Funcionário</i> .....	
SOCIEDADE — incorporação de — v. <i>Junta Comercial do Estado da Guanabara</i> .....		TEMPO DE SERVIÇO — v. <i>Funcionário</i> .....	
— industrial — v. <i>A nova — e o Direito</i> .....		TERRENOS DE MARINHA — v. <i>A reforma administrativa e os</i> — .....	
SOCIEDADE ANÔNIMA — Companhia de água, pela sociedade, sobre as ações emitidas para constituição ou aumento de capital — <i>Celso Soares Carneiro</i> (Parecer) .....	373	THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — <i>Manual dos títulos de crédito</i> , 1971 — <i>Flávio Bauer Novelli</i> (nota bibliográfica) .....	459
		TREDESTINAÇÃO — v. <i>Desapropriação</i> .....	
		TRIBUNAL DE JUSTIÇA — v. <i>Competência do — para dispor sobre regimento de custas</i> ..	
		TRUSTE — formação de — v. <i>Junta Comercial do Estado da Guanabara</i> .....	
<b>V</b>			
		VALOR DA CAUSA — v. <i>Taxa judiciária</i> .....	
		VALOR DO PEDIDO — v. <i>Taxa judiciária</i> .....	